

A NAÇÃO ALÉM-MAR: A construção do ideário nacional, nos contextos italiano e riograndense da primeira metade do século XIX, a partir da visão de Giuseppe Mazzini e das lideranças farroupilhas*

Laura de Leão Dornelles**

RESUMO

Ao longo do século XIX, os territórios italiano e brasileiro foram palco do processo de construção de seus estados nacionais. Na Itália, esse período histórico ficou conhecido como *Risorgimento*, que iniciou por volta de 1815 e levou à criação de um reino unificado na Península, em 1861. Giuseppe Mazzini se insere no contexto do *Risorgimento* como um ativista intensamente engajado no ideal de Unificação Italiana. A figura desta personagem acaba ligando os espaços italiano e brasileiro, já que na Província Sul Riograndense eclode a chamada Revolução Farroupilha (1835-1845), onde uma geração de ativistas italianos, influenciados pelo ideário mazziniano, acabam por se engajar na revolta ao lado dos insurgentes farrapos.

Palavras-chave: ideário nacional, Giuseppe Mazzini, Revolução Farroupilha.

THE NATION OVER THERE SEA: The construction of the national ideas, in the contexts Italian and *riograndense* at the first half of the 19th century, from the vision of Giuseppe Mazzini and of the leadership *farroupilhas*.

ABSTRACT

Along the 19th century, the Italian and Brazilian territories were a stage for their National States construction process. In Italy, this historical period was known as *Risorgimento*, which began around 1815 and arose creation of a unified kingdom in the Peninsula, in 1861. Giuseppe Mazzini is inserted in the context of the *Risorgimento* as one intensely activist engaged the Italian Unification ideal. The figure of this character ends up closing the Italian and Brazilian gaps, provided that in the South *Riograndense* Province appries the so called Revolution *Farroupilha* (1835-1845), where a generation of Italian activists, influenced by the mazzinian ideas, ended up getting involved in the revolt along with the insurgent *farrapos*.

Keywords: national ideais, Giuseppe Mazzini, Revolution *Farroupilha*.

O século XIX foi permeado pela disseminação do nacionalismo e pela construção de nações potenciais em escala mundial. Neste contexto, incluem-se os territórios italiano e brasileiro, que sofreram uma série de revoltas em seus processos particulares de formação de Estados nacionais. Por sua vez, a Itália passou por uma gradual redescoberta e reivindicação de sua própria identidade nacional. Este período ficou conhecido como *Risorgimento*¹ que,

* O presente trabalho se constitui de um ensaio, acerca da temática de história comparada, que está sendo desenvolvido, no corrente semestre (01/2009), a partir da disciplina “Política e Relações Internacionais III: Para uma História Comparada das Sociedades e da Política no Cone Sul: temporalidades, escalas, processos e instituições”, ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestranda/Bolsista CNPq

¹ Em português diz-se ‘Ressurgimento’, mas em italiano significa ‘Ressurreição’. Devido a modificação de significado, optou-se pela utilização do termo original em italiano.

iniciado por volta de 1815, levou à criação de um organismo político independente com base nacional na Península, em 1870. Paralelamente ao espaço itálico, o Brasil teve um processo ímpar de formação e consolidação de seu Estado nacional, já que se destacou como exceção à regra de independentização latino-americana, se constituindo como única experiência monárquica pós-independência (1822). Neste primeiro momento, impõe-se uma política extremamente centralizadora e autoritária no poder, organizada a partir da capital Rio de Janeiro. Isto gerou um sufocamento das autonomias regionais, o que não se desfez com a abdicação de D. Pedro I (7 de abril de 1831), se perpetuando no período regencial (1831-1840). Apesar de, na regência de Diogo Antônio Feijó, o Ato Adicional de 1834 conceder poder legislativo aos Conselhos Provinciais, na prática persistia a centralização de poder no Sudeste. Esta tensa situação abriu margem à eclosão de uma série de revoltas no país, dentre as quais a chamada Revolução Farroupilha (1835-1845)², na Província Sul Riograndense.

Influenciado pelo romantismo, Giuseppe Mazzini (1805-1872) se insere no contexto do *Risorgimento* pregando a revolução em oposição à restauração das monarquias absolutistas e defendendo a participação popular nas esferas governamentais. Como grande ativista político que foi, dedicou sua vida à criação de uma Itália unida e republicana, bem como à expansão do ideário republicano-democrático no cenário europeu. Com este intuito, fundou uma série de associações políticas, dentre as quais se deve ressaltar a *Giovine Italia* (Marselha, 1831) e a *Giovine Europa* (Berna, 1834)³, às quais tiveram contato grande parte dos italianos que lutaram ao lado dos revolucionários farroupilhas⁴. No ano de 1860, Mazzini encontrava-se exilado em Londres e escrevera *Doveri dell'uomo*, que pode ser visto como uma síntese do ideário que apregou e que norteou sua luta em prol da república e da democracia. De acordo com ele, a finalidade à qual rumaria a humanidade seria o progresso. Para tanto, os homens deveriam adotar uma postura de rompimento com o egoísmo individualista, agregando-se ao coletivo. Neste sentido, Mazzini critica a organização social divulgada pelo ideário liberal, que geraria disparidades gritantes na sociedade, ludibriando o povo a partir de um discurso que anunciaria a possibilidade de oportunidades de crescimento financeiro e de igualdade de todos perante a lei. Vale ressaltar que, no cenário europeu, o

² Não é pretensão do presente trabalho discutir acerca da designação do termo “revolução” para tal acontecimento da história riograndense.

³ Na língua italiana atual, a palavra ‘jovem’ é traduzida como ‘*giovane*’. Porém, no presente artigo utiliza-se ‘*giovine*’, por ser a forma pela qual esse termo aparece nos escritos de Mazzini.

⁴ Na trajetória farroupilha, cabe destacar as atuações de Livio Zambecari, chamado de “secretário particular” de Bento Gonçalves; Giuseppe Garibaldi, formador e um dos comandantes da frota naval farroupilha; e Luigi Rossetti, editor do jornal mais extenso deste movimento, “O Povo”(até o n.º. 47), além de secretário do governo interino da breve República Catarinense (29/07 a 15/11 de 1839).

liberalismo apareceu como um movimento em defesa do ideário democrata, mas a experiência jacobina da Revolução Francesa fez com que as burguesias européias temessem que nas mãos das classes mais humildes a filosofia dos direitos naturais se transformasse facilmente no credo democrático de que todas as pessoas pudessem participar do poder político. Assim, a ‘liberdade individual’, de possuir o bem privado, poderia ser perdida não para o despotismo de reis, mas para a tirania da maioria. Este temor provocou atitudes contra-revolucionárias dos liberais no momento que a febre revolucionária chegava às massas populares, bem como a limitação de certa renda *per capita* como pré-condição de direito de participação no processo eleitoral.

Para Mazzini, a Revolução Francesa, a partir dos chamados ‘direitos do indivíduo’, abriu um leque de possibilidades chamadas de ‘liberdades’; “[...] liberdade individual, liberdade de ensino, liberdade de crença, liberdade de comércio, liberdade em tudo e para todos” (MAZZINI, 1952:349). Todavia, este tipo amplo de ‘liberdades’ não passou da forma verbal, já que sua aplicabilidade não se estendera para a população como um todo. De nada adiantaria a liberdade de ensino para quem não tivesse tempo aos estudos, dada a necessidade de trabalhar para sustentar-se. De nada serviria a liberdade de comércio para quem não tivesse condições materiais de investir. Portanto, conclui que a vasta gama de ‘liberdades’, aberta com a Revolução Francesa, não seria mais do que ilusória. A doutrina liberal servia aos interesses daqueles que detinham maior poder político-econômico, convindo para que estes adquirissem cada vez mais poder e riqueza em detrimento da maioria da população.

No cenário brasileiro, o liberalismo foi adaptado as necessidades locais, já que:

[...] nossos liberais recolheram da ideologia importada àqueles elementos condizentes com suas reivindicações mais imediatas, ou seja, o liberalismo econômico tinha o significado básico de romper monopólios e estabelecer o livre comércio, enquanto que a sua contrapartida política se orientava para a entrega do poder de direito aos seus representantes de fato na sociedade brasileira: os proprietários de escravos e terras [...] Para a Europa o liberalismo tinha o significado de responder às exigências de realização hegemônica de uma nova classe [burguesia] e consolidação do modo capitalista de produção. Para o Brasil, o processo de independência implicava a permanência do mesmo grupo e dos mesmos interesses como predominantes internamente na sociedade, o que implicava a impraticabilidade de uma ‘mudança liberal’ por completo da sociedade, tal como na Europa. (PESAVENTO, 1985:20)

Desta forma, a eclosão da Revolução Farroupilha deve ser entendida como uma reação ao centralismo excessivo do Império Brasileiro. Para compreender seus objetivos, deve-se ter em mente que existira uma cisão entre suas lideranças, sendo perceptível que:

Durante o movimento dois projetos políticos diferenciados foram apresentados: 1) O da ‘maioria’ que, além de interesses pessoais de suas lideranças, discutia a abolição da escravatura, desejava a forma de governo republicana e uma interação latino-americana. [...] 2) O da ‘minoria’ que desejava melhorias pessoais dentro do próprio sistema, sem grandes preocupações com o modelo político e econômico. (FACHEL, 2002:124)

Pode-se identificar o conjunto da ‘maioria’ como progressista, formada por Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, Mariano de Mattos, Antônio de Souza Neto, Ulhoa Cintra, José Gomes Portinho e outros; enquanto a ‘minoria’ teria um caráter mais conservador, estando à ela atrelados homens como Vicente da Fontoura, David Canabarro e Onofre Pires, dentre outros. Deve-se levar em conta que, independentemente do ‘lado’ ao qual se identificavam estes líderes, não houve uma radicalização do movimento com o intuito de preocupar-se com a distribuição de renda ou inserção das massas populares nas esferas governamentais. Isso se dera pela formação do movimento em si, composto por homens provenientes das camadas altas da sociedade riograndense, em grande parte estancieiros. Mas, não se pode esquecer que esta cisão provavelmente aponta para uma diferente gradação de recepção do ideário mazziniano na Revolução Farroupilha, muito mais do que para sua anulação em tal contexto. Nesta perspectiva, é provável que o ideário de Mazzini tenha apresentado maior receptividade pelo conjunto da ‘maioria’ (liberais republicanos; progressistas), do que pelo da ‘minoria’ (de caráter conservador; monarquista) das lideranças do movimento.

Ao se analisar e comparar os escritos de Mazzini com os das lideranças farroupilhas pode-se traçar similitudes e distanciamentos. Na utilização do conceito ‘pátria’ existe alguma proximidade entre ambos. Acerca do discurso farroupilha, é pertinente a visão de Maria Medianeira Padoim quando escreve: “Pátria refere-se ao local onde se nasce ou onde se vive; um espaço já delimitado econômica, social e culturalmente, no qual é construída e caracterizada uma identidade regional” (PADOIM, 1999: 253). Da mesma forma, os escritos de Mazzini passam a impressão de estar relacionando ‘pátria’ ao espaço geográfico onde se encontra determinada população, mas vai além da questão territorial quando expressa: “Pátria não é um território; o território é apenas a base. A Pátria é a idéia que surge sobre aquele; é o pensamento de amor, o senso de comunhão que reúne num só todos os filhos desse território” (MAZZINI, 1952:374).

O distanciamento entre os textos farroupilhas e os de Mazzini, começa a ficar ainda mais claro ao se analisar suas concepções acerca do conceito de ‘nação’. Segundo Padoim:

[...] a consciência de pertencimento a um espaço geográfico e político adquiriu o sentido de nação, que está vinculada à consciência de também pertencer a um determinado grupo (elite) localizado nesta região [riograndense], identificado desta forma seus interesses com o da nação ou da Pátria. Assim, o significado de nação está relacionado à visão de Pátria que refere-se à região, ou seja, o local próximo de atuação, de relações e de domínio da elite. (PADOIM, 1999: 254)

Tanto nos escritos mazzinianos quanto nos das lideranças farroupilhas, esta relação direta entre os conceitos de ‘pátria’ e ‘nação’ aparece claramente e de tal forma que, por vezes, estes termos parecem sinônimos. Porém, Mazzini apregoava a soberania como derivativa da nação, do ‘povo’ como um todo, ou seja, outorgava às camadas altas da sociedade um papel radicalmente menor do que àquele compreendido pelas lideranças farroupilhas. Para ele, viver em uma sociedade em que a população, em sua totalidade, não tivesse voz ativa no poder, seria uma situação extremamente degradante à condição humana, pois “[...] deixando que sua liberdade seja violada, o homem trai a própria natureza e se rebela contra os decretos de Deus” (MAZZINI, 1952:385). Ao mesmo tempo, instaurar um governo com direta participação popular no âmbito governamental deveria ser um dos deveres em que os homens teriam a obrigação de empenhar-se com todas as suas forças. Os membros da sociedade deveriam sentir-se integralmente representados no sistema governamental, de forma que “A Nação inteira deve ser, pois, direta ou indiretamente, legisladora. Cedendo a alguns homens essa missão, substituído pelo egoísmo de uma classe a Pátria que é a união de todas” (MAZZINI, 1952:374). A partir desta premissa, fica nítido o viés republicano-democrático do ideário mazziniano ao compreender que a representação popular na sociedade se daria a partir de sua representação nas estâncias de poder.

Mazzini acreditava que uma revolução bem sucedida, que modificasse o sistema governamental monárquico, deveria vir de baixo, do ‘povo’; personagem principal de seu ideário. Provavelmente, este ‘povo’ seja alusivo à totalidade da população de uma sociedade. No caso italiano, o ‘povo’ deveria estar motivado por um profundo amor pela pátria; deveria derrubar os príncipes da casa de Habsburgo e criar uma República popular. Nas próprias palavras de Mazzini:

Vi que a Pátria Una, dos iguais e dos livres, não sairia de uma aristocracia que jamais teve entre nós uma vida coletiva e iniciadora, nem da Monarquia que se insinuou, no século XVI, sobre as pegadas do estrangeiro e sem missão própria, - entre nós, sem pensamento de Unidade ou de emancipação, - mas somente do povo da Itália, - e assim o disse. (MAZZINI, 1952:305-313).

O mesmo termo, ‘povo’, é encontrado nos textos farroupilhas, porém difere contundentemente daquele apresentado por Mazzini. No Projeto de Constituição da República Riograndense, de 1843, o conceito de cidadania não se estende à toda população local, já que

a participação popular nas estâncias governamentais não se mostrara diretamente compatível com o pensamento das lideranças farroupilhas. Isto é perceptível ao analisarmos o 7º capítulo, acerca das eleições :

Art. 89. A nomeação dos Senadores para a Assembléa Geral [...] se fará por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembléas dos distritos os eleitores, e estes os Senadores. A nomeação dos Deputados será feita por eleição direta do povo. Art. 90. A eleição dos Conselheiros de Estado será também indireta como a dos Senadores, mas em uma lista triplice, sobre a qual o Presidente do Estado escolherá o terço na totalidade da lista. [...] Art. 92. São excluídos de votar nas assembléas paroquiais: [...] 3. Os criados de servir [...] 6. Os que não sabem ler nem escrever. 7. Os que não tiverem de renda anual cem mil réis por bens de raíz, indústria, comércio ou empregos. Art. 93. Os que não podem votar nas assembléas paroquiais não podem ser membros nem votar na nomeação de alguma Autoridade eletiva nacional ou local. (PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE, 1930:10).

Da mesma forma, em decreto publicado no jornal ‘O Povo’, em 12 de fevereiro de 1840, acerca das eleições para a Assembléa Constituinte e Legislativa, já aparecia no artigo 4º:

Que todos os que podem ser Eleitores são hábeis para serem Deputados [...] exetuando-se todavia os que não tiverem de renda mínima líquida anual a quantia de trezentos mil réis por bens, indústria ou emprego; os Libertos; os criminosos pronunciados em querela ou devassa; os estrangeiros ainda que sejam naturalizados; e os que não professarem a Religião Católica Apostólica Romana. (ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2006:251-252)

A partir desta ampla gama de exclusões e ressalvas quanto à participação no processo eleitoral, pode-se presumir que a República passa a significar, na Província Riograndense, uma ‘democracia liberal’ contraposta à ‘democracia direta e popular’. Portanto, é nitidamente perceptível o distanciamento entre a compreensão de ‘povo’ de Mazzini e a das lideranças farroupilhas. Enquanto para o primeiro a República deveria ser construída a partir de uma ativa e atuante participação da população, provavelmente, para os líderes farrapos ‘o povo’ “[...] era a classe proprietária [pecuarista e latifundiária], que fazia representar seus interesses em nível de Estado e que os corporificava num conjunto de normas – a constituição – e que, assim, dava base de legitimidade ao governo” (PESAVENTO, 1985:18).

Enfim, conclui-se que, enquanto os escritos farroupilhas apresentam idéias iluministas-liberais, o ideário mazziniano possui uma matriz romântica⁵. No caso dos líderes

⁵ O romantismo foi um movimento intensamente pluralista e de difícil conceitualização, que não se deu de forma unilateral. No presente artigo, ele é compreendido como um movimento cultural surgido no final do século XVIII e disseminado no século XIX, que repudia o racionalismo pregado pelos iluministas, exaltando os sentimentos humanos e o caráter individual do ser (ESPINAR: 1947:05-08). Um estudo acerca do embate entre os pensamentos iluminista e romântico é feito por Ernst Cassirer na passagem de seu livro ‘O mito do Estado’, intitulada ‘A Filosofia do Iluminismo e os seus Críticos Românticos’. (CASSIRER, 2003: 210-221).

farroupilhas, percebe-se a adaptação deste pensamento iluminista-liberal à situação local, sendo que:

O importante a reter, no caso, é que tanto as correntes que dentre os farroupilhas pugnavam pela monarquia constitucional quanto as que declaravam-se pela república estavam defendendo um regime político que se coadunava com os interesses dos grupos dominantes locais e que a questão da soberania, tantas vezes alardeada em um e outro caso, deve ser entendida como ‘interiorização dos centros de decisão’ ou ‘capacitação de livre determinação’. (PESAVENTO, 1985:24)

Além disso, é importante levar em conta que, enquanto os farrapos mantiveram a bandeira pela federação, mesmo após a proclamação da República Riograndense (setembro de 1836), os escritos de Mazzini vão de encontro aos preceitos federalistas, apregoando a formação de uma Pátria una. A constituição desta última, seria uma dívida ontológica do ser humano para com Deus, sendo que o sucesso da ‘missão’ humana na Terra estaria atrelado à sua participação direta nesta Pátria; na sua Nação, através do voto que representaria todos os cidadãos na constituição de um Governo Popular. As questões social e política, portanto, caminham na mesma direção, não podendo ser dissociadas. Assim sendo, o melhoramento da moral humana serviria para triunfar sobre o individualismo liberal na plena instauração de um progresso harmônico das condições política, econômica e social. Esta nova moral, baseada na religiosidade e no coletivismo, rumaria, enfim, não apenas para a Unificação da Península Itálica ou para a difusão da libertação de nações oprimidas, mas para um bem maior: o princípio de emancipação e unidade da ‘família humana’. (MAZZINI, 1952:413-414).

Como uma observação final, vale ressaltar que, em um primeiro olhar, além de transpor territórios além-mar, o presente artigo parece lançar-se em um estudo de história comparada em diferentes escalas; a nacional (Unificação Italiana) *versus* a regional (República na Província Sul Riograndense). Porém, assentando o foco de atenção no contexto do século XIX, é perceptível que tanto Mazzini quanto as lideranças farroupilhas acabaram por organizar seus esforços para a aquisição de soberania nacional, por meio da luta contra Estados vistos como opressores (no caso, os Impérios Austríaco e Brasileiro). No entanto, a Província Riograndense voltou a fazer parte do Império Brasileiro, em fevereiro de 1845, enquanto o caso italiano obteve sucesso ao consolidar a Península como Estado, em 1870.

Bibliografia

- ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Coleção Alfredo Varela. Vol. 15. Porto Alegre: EST Edições, 2006.
- AYMARD, Maurice. Que historia comparada, hoy?. In.: BONAUDO, A. & ZEBERIO, B. *Las escalas de la historia comparada*. Tomo I: Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.
- BALZANI, Roberto. Il problema Mazzini. In.: *Ricerche di Storia Politica*. N°. 2, anno 8. Roma: giugno 2005.
- BLOCH, Marc. Comparação. In.: *História e historiadores. Textos reunidos por Etienne Bloch*. Lisboa: Teorema, 1998.
- _____. Para uma história comparada das sociedades européias. In.: *História e historiadores. Textos reunidos por Etienne Bloch*. Lisboa: Teorema, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 5ª Ed. vol. 2. Brasília: Ed. da UNB, 2000.
- CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003.
- COHEN, Deborah. Comparative history: buyer beware. In.: *GHI Bulletin*. N°. : 29, fall 2001.
- ESPINAR, Jaime. *El Romanticismo*. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1947.
- FACHEL, Jose Plinio Guimaraes. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Ed.da UFPEL, 2002.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. In.: *History and Theory*. Vol. 42. N°. : 1, february 2003.
- MAZZINI, Giuseppe. Deveres do Homem. IN.: *Clássicos Jackson: pensadores italianos*. Vol. XXVI. São Paulo: Editora Brasileira, 1952.
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino: a revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de Doutorado. UFRGS: Porto Alegre, 1999.
- _____. *Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: *Revista de História*. Vol. 01. Porto Alegre, 1986/1987.
- PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na Região Platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo comparativo de história comparada. In.: HEINZ, Flávio M. & HERRLEIN JR., Ronaldo (orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.